



Campo e verdade na cultura

Juremir Machado da Silva¹

Resumo: este texto aborda a narrativa da cultura a partir do olhar do jornalismo. Discute-se, mais uma vez, o limite do “campo” da cultura numa perspectiva transdisciplinar com base numa visão global.

Palavras-chave: Cultura; Jornalismo; Narrativa.

Field and truth in culture

Abstract: This text addresses the narrative of culture from the perspective of journalism. Once again, the boundary of the “field” of culture is discussed in a transdisciplinary perspective based on a global view.

Keywords: Culture; Journalism; Narrative

Campo

O que ainda é a cultura? Houve uma época em que cultura, para muitos, era o livro. Se um autor tem o direito de escrever em primeira pessoa num texto com pretensões acadêmicas é algo que me escapa. Porém, ao escrever a frase anterior, já cometi a transgressão. Seguirei, então, o ritmo que essa subjetividade me impõe. Meu pai recebeu um pedaço de terra para cuidar, em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil. Em troca, teria de preservar a biblioteca do proprietário. Uma biblioteca na solidão da campanha. Num lugar chamado Palomas. Nos longos invernos que passei ali, enquanto o vento minuano soprava, li, sem entender, Anton Tchecov, o gaúcho Simões Lopes Neto, “*Dom Segundo Sombra*”, o argentino Ricardo Güiraldes, e até “*Casa Grande e Senzala*”, de Gilberto Freire, cujos volumes guardo até hoje.

Ali, a minha vida mudou. Meu pai, vez ou outra, olhava a biblioteca e dizia: “Isso é cultura”. Dito isso, voltava para o seu mundo da natureza, entre animais e campos a perder de vista. O livro era uma fresta na espessa parede do mundo em que vivíamos, um fio de luz vazando entre as pedras do tempo, um filete de água irrigando a aridez do cotidiano, uma nascente minúscula de grandes rios ou simplesmente uma gota de água umedecendo um naco de terra. Sempre que ouvimos alguém defendendo a importância da leitura, ou exigindo dos governos políticas que obriguem os jovens a ler na escola, levamos um susto. Ler, para muitos, tornou-se sinônimo de enfado e de dever de casa. As boas intenções, em se tratando de

¹ Doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, 1995, escritor, historiador (PUCRS, bacharelado e licenciatura, 1984), jornalista, radialista e tradutor, e pesquisador 1B do CNPq. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS de 2003 a 2014.

estimular a leitura, resultam quase sempre em crescimento do pavor em relação aos livros.

O que é um livro? Como guarda a cultura da qual meu pai falava? O que interessa num romance, na poesia, na ficção? Alguns amam o papel e temem o desaparecimento do livro impresso. Há, claro, uma história do livro, impressa no papel, com seus cheiros e técnicas, que pode ser triste perder e doloroso lembrar. Mas o mais importante são as histórias, não os suportes. Podemos encontrar grandes histórias no cinema, na televisão, no teatro, na tradição oral, na Internet, agora, em viagens, etc. Estamos na era da imagem. A relação, porém, com a palavra escrita exige um esforço de imaginação superior. Temos de preencher todos os espaços com a nossa participação direta e total.

Como impedir que a magia da leitura não seja descoberta por tantos jovens apressados? Talvez a primeira medida seja de inverter o processo, indicar-lhes primeiramente os autores contemporâneos, com a linguagem e os problemas atuais, para só depois ir aos clássicos. Principalmente fazer ver que a poesia e a ficção lidam com a vida e com a realidade em tom maior. No fundo, a questão está mal colocada. O sucesso das novelas de televisão indica o grande interesse por ficção. O problema volta a ser a palavra escrita. O que há nela de assustador? Por que o perfume das cerejeiras permanece estranho a tantas pessoas sensíveis e desejosas de aventuras e de grandes sensações? Será a palavra cultura, dita com tanta solenidade, que acaba por assustar?

A literatura não salva nem educa para o sucesso: abre fendas na rotina para que entre a brisa úmida da poesia, do “inútil”, no sentido daquilo que não pode necessariamente ser convertido em ganho, em dinheiro, em utilidade propriamente dita, a não ser a do prazer em si mesmo. Não existe desenvolvimento sem cultura. E não existe cultura desenvolvida sem livros, poesia e ficção. A realidade tem muito de imaginário. O imaginário é uma realidade incontornável. A literatura continua sendo uma das melhores formas de tentar compreender a natureza complexa e contraditória do real e do homem. Li, plantei melancias, vendi-as na beira da estrada, lendo Balzac e Flaubert, e com o dinheiro e a cultura obtidos parti em busca de mais cultura.²

Queria dizer com cultura que me interessava a verdade universal. Era nisso certamente que meu pai pensava quando apontava para os livros da biblioteca sob a sua guarda, na solidão do Pampa, e dizia melancolicamente: “Isso é cultura”. Rapidamente, contudo, aprendi que sempre existiram muitas culturas e que nenhuma delas possui a verdade intemporal e universal. Foi um choque. Tão grande quanto foi o impacto de uma lição de um sociólogo do qual eu acompanharia o curso no Colégio da França. Pierre Bourdieu definiu campo (1997, p. 57):

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

A cultura é um campo. Espaço concreto e virtual de disputas, de criações, de cooperações, de estratégias e de conflitos. Qual cultura? Qualquer uma. Tanto o espaço artístico, numa acepção restrita do termo, quanto a dimensão antropológica, na qual tudo o que fazemos é cultura. Na cultura em que vivemos, há dominantes e dominados. Essa perspectiva não esconde o seu reducionismo, mas exala a sua

2 Introdução e conclusão baseadas em crônicas publicada no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 2007.

cínica verdade, parcial como toda verdade cultural, fragmentada como toda narrativa. Queremos dominar? Ou queremos apenas deixar de ser dominados? Criamos cultura para expressar algo ou, ao expressarmos algo, fazemos obrigatoriamente cultura mesmo sem saber disso?

Um leitor impregnado de cultura científica questionará: qual a cientificidade deste texto? Essa pergunta não deixa de ser: qual a sua verdade? Hipótese: e se a sua verdade estiver na subjetividade que lhe permite questionar a objetividade da verdade científica? Se a dureza da “verdade” de Pierre Bourdieu excede suas possibilidades de convencimento, só resta completá-la com os seus opostos. Contra a simplificação brutal, a complexidade. Edgar Morin (2007, p. 58):

Quanto mais a diversidade humana é visível, mais a unidade humana torna-se, hoje, invisível aos espíritos que só conhecem fracionando, separando, catalogando, compartimentando. Ou, então, o que aparece aos espíritos abstratos é uma unidade abstrata que oculta as diferenças. Precisamos conceber a unidade múltipla, *unitas multiplex*. Assim, a diversidade está inscrita numa unidade da vida. Esta, a partir de um primeiro ser celular, diversificou-se fervilhando pelos reinos vegetal e animal. Deve-se essa diversidade, quanto aos animais nascidos da reprodução sexuada, à singularidade oriunda da combinação de dois patrimônios genéticos, mas também ao desenvolvimento próprio e às experiências particulares vividas por cada um até a idade adulta; assim, entre os animais domesticados, as violências sofridas ou as carícias recebidas, determinam caracteres opostos.

Compreender esse “campo” complexo da cultura exige uma atitude transdisciplinar, o que não significa ignorar os conflitos entre dominantes e dominados, mas considerar também a cooperação entre os que orbitam entre as linhas dessa dominação explícita ou implícita. Em outras palavras, torna-se fundamental entender como a própria verdade depende das culturas, não sendo mais do que uma cultura em ato.

Verdade

Eis a questão. Que verdade é essa? Qual o seu estatuto? Qual a sua vocação? O que é essa verdade que se expressa na cultura que a germina? Ainda é nos livros que procuramos esse desvelamento. A resposta encontrada, porém, não é revelada, embora seja uma revelação. O filósofo francês Michel Foucault (2011, p. 12) definiu verdade:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A ‘verdade’ é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Meu pai, com certeza, não imaginava que livros pudessem conter esse tipo de “verdade”, o que não deixa de ser paradoxal, pois nos livros, que via como expressão da cultura, enxergava o poder. A ciência é uma cultura que a cada época adota procedimentos para validar estes ou aqueles enunciados. Tem seu regime de verdade. A sua verdade, cabe salientar, é bem deste mundo, embora queira, sem o dizer abertamente, apresentar-se como estando aquém e além das relações de dominação, de estratégias e de forças. É uma verdade de “campo”, uma verdade de “cultura”, uma verdade de técnicas empregadas, de métodos, de escolhas, de paradigmas. Tem dominantes e dominados. Na melhor das hipóteses, um texto

como este será catalogado como “ensaio”. Talvez nem isso. O regime da verdade cultural científica não recepciona o que lhe questiona tão deliberadamente em tom de crônica subjetiva.

Nietzsche (2008, P. 36), contudo, inspirador de Foucault nessa questão, não considerava absurdo questionar os fundamentos da verdade. Se ela estava nos livros, ou no Livro, era como expressão de uma conquista, de uma imposição, de uma narrativa. Eis o ponto. Para o filósofo que levou a suspeita ao ponto mais extremo, a verdade sempre foi uma narrativa, um discurso, uma cadeia de significados atribuídos sem um equivalente geral passível de ser encontrado na natureza:

O que é, pois, a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e ordenadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que ela assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. Ainda não sabemos de onde provém o impulso à verdade: pois, até agora, ouvimos falar apenas da obrigação de ser veraz, que a sociedade, para existir, instituiu, isto é, as metáforas habituais; portanto, dito moralmente: da obrigação de mentir conforme uma convenção consolidada, mentir em rebanho num estilo a todos obrigatório.

Se Nietzsche está certo, pode-se ironizar, está errado. A sua verdade é também o produto do seu tempo, das relações de forças do campo filosófico da sua época, um troquel de imagens que perdeu parte do seu valor de troca com o passar dos anos e das teorias filosóficas. Também ele, o destruidor de mitos, ao combater a arrogância da verdade, ao atacar o falso com sua retórica inflamada, vendeu uma verdade com suas metáforas, metonímias e tudo mais. Dominado nos seus dias, Nietzsche seria dominante hoje ou em algum momento? As ciências humanas não são demonstrativas. Nada provam. São disciplinas de convencimento. Quem se convence, pode viver em consequência disso.

Cultura

O que é, portanto, ainda a cultura? O que se consolida a partir dessas narrativas de convencimento? A cultura como transição? Como descoberta do fim da identidade? Como equivalente global? O antropólogo Claude Lévi-Strauss (1986, p. 80) fez uma reflexão singular a partir de suas viagens pelo interior do Brasil:

Houve tempos em que a viagem confrontava o viajante com civilizações radicalmente diversas da sua e que se impunham antes de mais nada pelo caráter estranho. Desde alguns séculos essas oportunidades tornam-se cada vez mais raras. Seja na Índia ou América, o viajante sente-se sempre menos surpreendido do que o reconhece. Ao escolher objetivos e itinerários, gozamos principalmente da liberdade de preferir uma determinada data de penetração, um certo ritmo da invasão da civilização mecânica. A busca do exotismo reduz-se à coleção de estádios mais avançados ou mais recuados de um desenvolvimento que nos é familiar. O viajante torna-se um antiquário, constrangido pela escassez de objetos a por de lado.

É nisso que culturalmente estamos? No fim da diferença? No “campo” finalmente cercado e dominado sem espaço para novas narrativas? Ideologia integral do fim das ideologias. No êxtase da comunicação, nada mais de utopias e de programa político. Tudo isso pertence ao passado, ao tempo da persuasão e da propaganda, quando era preciso convencer, inventar a miragem de um outro mundo impossível e sacrificar-se por um ideal fadado ao fracasso. Tudo isso antes da vitória esmagadora da sedução obscena do futuro e da publicidade sugestivamente pornográfica. Tudo acabado. Entramos definitivamente

na era do pragmatismo, cujas principais características são a perfeita adaptação ao aquecimento global e ao derretimento das esferas ideológicas. Contradição? Não. De forma alguma. Ideologia agora é somente a resistência ao consenso universal que apaga as acusações radicais do passado recente sem eliminar os dossiês para campanhas futuras. A cultura não é mais a biblioteca com seus livros, mas o ritmo de uma civilização que não se pode mais penetrar ou invadir.

E a massa nisso tudo? Nunca esteve tão bem? Atingiu a plenitude da emancipação através da mais completa “servidão voluntária”? A massa nunca se sente mais livre do que quando pode servir tranquilamente aos seus senhores, ou seja, servir exclusivamente a si mesma? Agora, ela pode enfim descansar em paz sem ser convocada para fazer revoluções sangrentas sob a liderança de vanguardas autodenominadas e defensoras da paz universal depois do massacre de todos os opositores? Está livre também de ter de se manifestar em favor de golpes de Estado pela preservação da moral e dos bons costumes com base costumeira na imoralidade total e no autoritarismo libertador? Em resumo, está livre para ver Netflix ou se deixar matar cada vez menos a conta-gotas nas ruas das emocionantes grandes cidades? No fundo, “massa” é uma categoria superada. Estamos na fase da segmentação globalizada.

Conquistamos o direito à perda da memória. Não como mero esquecimento por negligência ou incapacidade histórica de lembrar. Isso é simplório ou mesmo cínico, mas como estratégia superior de inteligência, estratégia de dominados. Uma espécie de acerto de contas com o futuro em nome do fim-de-semana. É nisso que nos diferenciamos realmente dos europeus do passado, cuja incapacidade de esquecer empurrava-os para guerras estúpidas e os impedia de fazer bons negócios, salvo quando o lucro era suficiente para assinar um tratado de esquecimento temporário com moeda comum e rancores partilhados.

Olhar do jornalismo? Olhar do jornalista, passando do eu ao nós, subjetividade em estado bruto contra a violência da gramática e em favor do pensamento. Onde foi parar a possibilidade da escolha racional pelos indivíduos? Houve um tempo de expedições no qual os homens queriam agir racionalmente e cometiam massacres. A autonomia é decisiva para a escolha racional. A racionalidade pode ser até certo ponto um mito. Os homens, porém, nem sempre são autônomos, mesmo quando vivem em democracias, são adultos e formalmente livres. As condições concretas de existência modelam a escolha dos homens e diminuem a autonomia de cada um. O homem vive em situações concretas. Talvez isso que se chama cultura, aquilo que vai além dos livros. O tempo do exótico terminou. A paixão sem objeto é que comanda. Entre tantos mitos, o da autonomia surge como uma peça de museu virtual.

Ideologia, não resta dúvida, é imaginar que poderia ser diferente, que ousamos imaginar algo diferente, outra cultura, outro regime de verdade, outra simulação. No tempo das ideologias, feliz ou infelizmente superado, as democracias eram feitas de situação e oposição, de embate e até de combate, de projetos e de projeções. Não há mais oposição. Todas as correntes significativas integram o mesmo espectro. Entramos no pós-ideológico e no pós-político: a era da cultura sem livros, salvo como lembrança de um tempo sem memória. Só o *crash* da realidade pode representar alguma esperança de salvação. O radicalismo morre quando a conquista do poder pelos extremos pode servir-se de uma estratégia suave como as eleições. Meu pai olhava os livros e dizia: “Isso é cultura”. Hoje, dizemos: isso é passado.

Referências

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, . **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

LEVY-STRAUSS. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LYOTARD, J-F. **O Pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MORIN, E. **O Método 5: a humanidade da humanidade – a identidade humana**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NIETZSCHE, F. **Sobre verdade e mentira**. São Paulo: Hedra, 2008.

SILVA, J. M. da. **Diferença e descobrimento**. O que é o imaginário. A hipótese do excedente de significação. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Recebido em 27/08/2019.

Aceito em 03/09/2019.